

ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA

Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento ¹

Cintia Chung Marques Corrêa ²

Partimos da importância de políticas educacionais, uma vez que não basta o acesso universal à escola para vencer as desigualdades reais. Em outras palavras, é preciso que se coloque em prática todos os meios para neutralizar continuamente a desigualdade social e econômica que leva ao distanciamento cultural. Com o objetivo de analisar o processo de implementação da política de assistência estudantil, viabilizados pelo PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, buscamos verificar os resultados obtidos pelos estudantes assistidos nas diversas áreas de abrangência e o impacto na permanência e êxito destes sujeitos na última etapa da educação básica. Levantamos a hipótese, nesta pesquisa, que a política de assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação com foco na permanência e o êxito dos estudantes de baixa renda é uma importante contribuição para o enfrentamento da evasão e consequente defasagem na educação brasileira. Partimos de pressupostos como a necessidade do acompanhamento da política pública, a verificação se o projeto local de assistência aos estudantes de baixa renda considera o enfrentamento e superação do dualismo de classe, e se a comunidade local foi envolvida na articulação entre a proposta orçamentária, adesão dos educadores e mensuração dos procedimentos, tendo em vista a permanência e o êxito dos estudantes mais desfavorecidos.

Nessa perspectiva, Ciavatta (2012, p. 86), reforça que “historicamente, o conhecimento sempre foi uma reserva de poder das elites, nos quais se incluíam os

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais e Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ, francisco.42240073@ucp.br

² Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis, cintia.chung@ucp.br

filósofos, os sábios, os religiosos”. Ela explicita que a divisão das classes, a apropriação diferenciada dos bens produzidos socialmente, não universalizou a educação, pelo contrário tem aprofundado a exclusão no processo de acesso ao conhecimento. Podemos verificar na reportagem do Jornal Extra de 16 de abril de 2023, da jornalista Ludmila de Lima que a evasão no ensino médio custa R\$ 135 bilhões anuais ao país, conforme estudo da Firjan SESI. Com base na reportagem, apenas 46% dos estudantes brasileiros mais pobres concluem a educação básica. O resultado infelizmente é que em nosso país, a desistência escolar é uma tragédia silenciosa que aprofunda as desigualdades sociais. Para o professor Gaudêncio Frigotto da Universidade Federal Fluminense (UFF), “isto se agrava pelo fato de que a grande massa de jovens filhos da classe trabalhadora frequenta um sistema público de educação básica destruído” (2002, p. 53).

Neste contexto, algumas questões que afetam a educação precisam ser respondidas: qual é a especificidade da política pública de assistência social na permanência dos estudantes na educação básica? Quais os cenários que precisam ser analisados e o seu sentido? Dentro da sociedade em que vivemos, sob as atuais relações sociais capitalistas, que relações precisam ser estudadas para entender a eficiência da política pública? Podemos verificar, na análise do professor Frigotto, que aqueles que chegam ao ensino médio são mutilados no tempo, na infraestrutura e no conteúdo, na medida em que existe um projeto societário baseado na cópia e que produz a miséria e se alimenta dela. No caso específico, a questão para uma política pública educacional é se ela é “uma mediação fecunda para a construção de um projeto de desenvolvimento com justiça social e efetiva igualdade” (FRIGOTTO, 2012, p. 73). A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. No argumento de Ciavatta et al (2012, p. 31), “é neste nível de ensino que se revela com mais evidência a contradição fundamental entre o capital e trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade”. Nessa perspectiva, ao analisar a eficácia do Programa de Assistência Estudantil no contexto de uma escola rural e ofertando o ensino técnico integrado à educação básica, partimos da possibilidade de desconstruir o imaginário das classes populares que enquanto “entulho ideológico imposto pelas classes dominantes da teoria do capital, levam os estudantes mais pobres ao abandono da escola em função do emprego” (Frigotto, 2012, p. 77).

Em outras palavras, o efetivo engajamento da comunidade educativa nas etapas da política e sua viabilidade, a partir do que propõe o ciclo de políticas de Ball e colaboradores poderão descortinar as condições objetivas e subjetivas para viabilizar a

permanência dos estudantes ao longo da educação básica e seus desdobramentos posteriores. Com base em Ball (2006, p. 27), “a compreensão e os efeitos poderão ser percebidos nos acontecimentos sociais”. Podemos verificar que “políticas públicas são os processos pelos quais os diversos grupos da sociedade tomam decisões coletivas que condicionam o conjunto dessa sociedade mediante ações estratégicas a serem compartilhadas” (Rodrigues, 2011). Por um lado, “elas visam trazer equidade, configurando-se como uma verdadeira distribuição de desigualdades pela igualdade de oportunidades” (Assis, 2012, p. 24). Por outro, no Estado social de direito é a “elaboração e a implementação de políticas públicas que constituem o grande eixo orientador da atividade estatal” (Duarte, 2007, p. 694).

O decreto 7234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no uso de suas atribuições, fundamentado na Constituição de 1988, no artigo 84, inciso VI, alínea “a”, que deve ser executado no âmbito do Ministério da Educação com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior (art. 1º.), posteriormente ampliada para a Rede Federal nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na rede pública federal (art. 4º.). São finalidades do PNAES,

democratizar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão dos estudos na rede federal; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Art. 2º.).

Para sua efetivação, as ações serão desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Nesse cenário, caberá à instituição federal de ensino definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados. Podemos verificar que o decreto tem uma consideração fundamental em viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Na mesma direção, Mainardes (2009, p. 8), reforça a importância da análise da totalidade das relações envolvidas nas políticas, bem como das contradições. Segundo ele, o esforço do pesquisador demandará uma análise crítica no sentido de,

articular o tema de pesquisa com o contexto político e socioeconômico mais amplo (determinações mais amplas), bem como com o conjunto de políticas implementadas; - evitar análises voltadas à mera legitimação de políticas ou à sua justificação; - buscar explicitar possíveis processos de reprodução de desigualdades, de exclusão ou de inclusão “precária, instável, marginal”; - assumir uma atitude contrária a qualquer seletividade no processo de distribuição do conhecimento e o compromisso com a elevação do nível cultural das massas (2009, p. 8).

Em consonância com a tese de Mainardes, Saviani (2021, p. 87), lembra que “toda prática educativa, contém inevitavelmente uma dimensão política”. O pesquisador no processo de imersão na realidade a ser estudada, deve estar atento aos sinais de uma marginalidade no processo de escolarização. O posicionamento da pesquisa diante dessa situação se insere num arcabouço teórico-prático onde o neoliberalismo transformou qualquer coisa em mercadoria. O engajamento social da abordagem em construção é um instrumento de equalização social na esteira da superação da exclusão de jovens que são impedidos de concluir a educação básica por um ritual que é material e ideológico, como apropriação dos filhos dos trabalhadores pela produção capitalista (p. 34).

Como pesquisa em ciências humanas, buscamos através dos dados a serem encontrados, uma retomada vigorosa da luta contra a seletividade e discriminação de estudantes de baixa renda que por falta de condições materiais abandonam a escola, legitimando os interesses dominantes que em seu discurso padronizado, defendem o destino e o mito da meritocracia predestinada (p. 42). Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em seu projeto de interiorização são oportunidades de abrangência real de um ensino de qualidade que chega a todos com uma nova concepção de educação integral, unindo ciência, trabalho, cultura e tecnologia como ampliação existencial que potencializa as relações através do conhecimento. Mas para que este objetivo seja alcançado se faz necessário considerar as condições atuais dos estudantes e os interesses antagônicos compartilhados na cultura juvenil.

Referências

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública. In: ANJOS, Mayla Brandão dos; RÔÇAS, Giselle (orgs.). As Políticas Públicas e o Papel Social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Natal: IFRN, 2017. p. 12-34.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; et al. Noções gerais de direito e formação humanística. São Paulo: Saraiva, 2012.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.10-32, Jul/Dez 2006.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. : BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Presidência da República, 2010.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2016.

FRIGOTTO. Gaudêncio, CIAVATTA. Maria, RAMOS, Marise (Orgs). Ensino médio integrado: concepções e contradições 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, Campinas. vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson. Reinterpretando os ciclos de aprendizagem. São Paulo: Cortes, 2007.

MAINARDES, Jefferson. FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 44ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 2021.